

# Anexo I - Receita dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Categoria Econômica e Origem

*Valores em R\$1,00.  
Recursos de todas as fontes.*

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
<b>1. RECEITAS CORRENTES</b>	<b>2.367.191.535.840</b>
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria (1)	876.183.482.228
Contribuições (1)	1.182.383.086.638
Receita Patrimonial (1)	198.401.622.597
Receita Agropecuária (1)	37.250.426
Receita Industrial (1)	6.496.394.187
Receita de Serviços (1)	72.643.483.359
Transferências Correntes (1)	137.936.329
Outras Receitas Correntes (1)(2)(3)	30.908.280.076
<b>2. RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>824.446.353.061</b>
Operações de Crédito (3)(4)	594.966.501.652
Alienação de Bens (4)	503.029.120
Amortização de Empréstimos (4)	46.118.172.448
Transferências de Capital (4)	118.745.692
Outras Receitas de Capital (4)	182.739.904.149
<b>SUBTOTAL (1 + 2)</b>	<b>3.191.637.888.901</b>
<b>3. REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL</b>	<b>2.010.264.256.580</b>
<b>TOTAL</b>	<b>5.201.902.145.481</b>

(1) Inclui: (i) Multas e Juros de Mora do principal; (ii) Dívida ativa; (iii) Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa.

(2) Inclui: Multas e Juros de Mora (do principal e da dívida ativa) das Receitas de Capital.

(3) Exclui: Refinanciamento da Dívida Pública Federal.

(4) Inclui: Dívida Ativa. Exclui: Multas e Juros de Mora do principal e da Dívida Ativa.

## Anexo II - Despesa dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social por Órgão Orçamentário

*Valores em R\$1,00.  
Recursos de todas as fontes.*

Discriminação	Total (A)	(%)			
		A/B	A/C	A/D	A/E
Camara dos Deputados	7.776.794.548	0,3714	0,3016	0,2939	0,1495
Senado Federal	5.704.106.296	0,2724	0,2212	0,2156	0,1097
Tribunal de Contas da União	2.750.015.046	0,1313	0,1066	0,1039	0,0529
Supremo Tribunal Federal	851.741.456	0,0407	0,0330	0,0322	0,0164
Superior Tribunal de Justiça	2.029.721.389	0,0969	0,0787	0,0767	0,0390
Justiça Federal	15.477.560.643	0,7391	0,6002	0,5850	0,2975
Justiça Militar da União	722.362.628	0,0345	0,0280	0,0273	0,0139
Justiça Eleitoral	10.678.418.249	0,5099	0,4141	0,4036	0,2053
Justiça do Trabalho	26.045.936.890	1,2438	1,0100	0,9845	0,5007
Justiça do Distrito Federal e dos Territórios	3.708.490.346	0,1771	0,1438	0,1402	0,0713
Conselho Nacional de Justiça	255.251.629	0,0122	0,0099	0,0096	0,0049
Presidência da República	1.579.011.884	0,0754	0,0612	0,0597	0,0304
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	15.323.752.660	0,7318	0,5942	0,5792	0,2946
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações	17.503.589.456	0,8358	0,6788	0,6616	0,3365
Ministério da Economia	38.752.095.690	1,8505	1,5028	1,4647	0,7450
Ministério da Educação	158.963.838.553	7,5910	6,1644	6,0084	3,0559
Defensoria Pública da União	752.490.292	0,0359	0,0292	0,0284	0,0145
Ministério da Justiça e Segurança Pública	20.196.755.457	0,9645	0,7832	0,7634	0,3883
Ministério de Minas e Energia	9.076.181.825	0,4334	0,3520	0,3431	0,1745
Ministério Público da União	8.893.633.495	0,4247	0,3449	0,3362	0,1710
Ministério das Relações Exteriores	4.786.936.445	0,2286	0,1856	0,1809	0,0920
Ministério da Saúde	183.784.929.160	8,7763	7,1269	6,9466	3,5330
Controladoria-Geral da União	1.292.192.062	0,0617	0,0501	0,0488	0,0248
Ministério da Infraestrutura	29.392.612.040	1,4036	1,1398	1,1110	0,5650
Ministério do Trabalho e Previdência	979.508.140.951	46,7743	37,9840	37,0229	18,8298
Ministério das Comunicações	2.992.364.527	0,1429	0,1160	0,1131	0,0575
Ministério do Meio Ambiente	3.552.346.990	0,1696	0,1378	0,1343	0,0683
Ministério da Defesa	122.622.247.603	5,8556	4,7551	4,6348	2,3573
Ministério do Desenvolvimento Regional	32.356.643.680	1,5451	1,2547	1,2230	0,6220
Ministério do Turismo	7.289.340.299	0,3481	0,2827	0,2755	0,1401
Ministério da Cidadania	277.024.589.536	13,2287	10,7426	10,4708	5,3254
Conselho Nacional do Ministério Público	111.417.572	0,0053	0,0043	0,0042	0,0021
Gabinete da Vice-Presidência da República	16.674.995	0,0008	0,0006	0,0006	0,0003
Advocacia-Geral da União	4.202.341.203	0,2007	0,1630	0,1588	0,0808
Encargos Financeiros da União	85.292.029.513	4,0729	3,3075	3,2238	1,6396
Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos	789.558.346	0,0377	0,0306	0,0298	0,0152
Banco Central do Brasil	3.922.980.980	0,1873	0,1521	0,1483	0,0754
Reserva de Contingência	8.134.821.651	0,3885	0,3155	0,3075	0,1564
<b>SUBTOTAL (B)</b>	<b>2.094.113.915.985</b>	<b>100,00</b>	81,2068	79,1522	40,2567
Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios	484.628.159.984		18,7932	18,3177	9,3164
<b>SUBTOTAL (C)</b>	<b>2.578.742.075.969</b>		<b>100,00</b>	97,4699	49,5731
Operações Oficiais de Crédito	66.938.839.303			2,5301	1,2868
<b>SUBTOTAL (D)</b>	<b>2.645.680.915.272</b>			<b>100,00</b>	50,8599
Dívida Pública Federal	2.556.221.230.209				49,1401
<b>TOTAL (E)</b>	<b>5.201.902.145.481</b>				<b>100,00</b>

## Anexo III - Fontes de Financiamento do Orçamento de Investimento

Valores em R\$1,00.  
Recursos de todas as fontes.

<b>ESPECIFICAÇÃO</b>	<b>VALOR</b>
<b>RECURSOS PRÓPRIOS</b>	<b>139.044.308.839</b>
Geração Própria	139.044.308.839
<b>RECURSOS PARA AUMENTO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>3.576.794.083</b>
Tesouro	3.571.606.209
Outras Fontes	5.187.874
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO DE LONGO PRAZO</b>	<b>917.614.901</b>
Internas	355.304.172
Externas	562.310.729
<b>TOTAL</b>	<b>143.538.717.823</b>

**Anexo IV - Despesa do Orçamento de Investimento  
por Órgão Orçamentário**

*Valores em R\$1,00.  
Recursos de todas as fontes.*

<b>ESPECIFICAÇÃO</b>	<b>VALOR</b>
22000 - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	2.960.000
24000 - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações	11.642.050
25000 - Ministério da Economia	9.739.438.476
32000 - Ministério de Minas e Energia	127.039.944.169
36000 - Ministério da Saúde	787.143.375
39000 - Ministério da Infraestrutura	1.320.525.677
41000 - Ministério das Comunicações	1.235.273.956
52000 - Ministério da Defesa	3.401.790.120
<b>TOTAL</b>	<b>143.538.717.823</b>

## ANEXO V

## AUTORIZAÇÕES ESPECÍFICAS DE QUE TRATA O ART. 169, § 1º, INCISO II, DA CONSTITUIÇÃO, E O ART. 116, INCISO IV, DA LEI Nº 14.436, DE 09 DE AGOSTO DE 2022 LDO-2023, RELATIVAS A DESPESAS DE PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS PARA 2023

R\$ 1,00

DISCRIMINAÇÃO	CRIAÇÃO	PROVIMENTO						
		QTDE	DESPESA					
			NO EXERCÍCIO (6)			ANUALIZADA		
			PRIMÁRIA	FINANCEIRA	TOTAL	PRIMÁRIA	FINANCEIRA	TOTAL
<b>I. CRIAÇÃO E/OU PROVIMENTOS DE CARGOS, FUNÇÕES e GRATIFICAÇÕES exceto reposição (1):</b>								
<b>1. Poder Legislativo</b>	-	<b>520</b>	<b>132.165.483</b>	<b>9.652.559</b>	<b>141.818.042</b>	<b>186.970.423</b>	<b>13.414.690</b>	<b>200.385.113</b>
<b>1.1. Câmara dos Deputados</b>	-	<b>140</b>	<b>25.876.252</b>	<b>1.805.824</b>	<b>27.682.076</b>	<b>51.752.503</b>	<b>3.611.647</b>	<b>55.364.150</b>
1.1.1. Cargos e funções vagos	-	140	25.876.252	1.805.824	27.682.076	51.752.503	3.611.647	55.364.150
<b>1.2. Senado Federal</b>	-	<b>230</b>	<b>72.452.390</b>	<b>4.944.518</b>	<b>77.396.908</b>	<b>89.019.122</b>	<b>5.933.421</b>	<b>94.952.543</b>
1.2.1. Cargos e funções vagos	-	230	72.452.390	4.944.518	77.396.908	89.019.122	5.933.421	94.952.543
<b>1.3. Tribunal de Contas da União</b>	-	<b>150</b>	<b>33.836.841</b>	<b>2.902.217</b>	<b>36.739.058</b>	<b>46.198.798</b>	<b>3.869.622</b>	<b>50.068.420</b>
1.3.1. Cargos e funções vagos	-	150	33.836.841	2.902.217	36.739.058	46.198.798	3.869.622	50.068.420
<b>2. Poder Judiciário</b>	<b>2.333</b>	<b>5.511</b>	<b>745.550.140</b>	<b>106.883.070</b>	<b>852.433.210</b>	<b>845.769.570</b>	<b>118.979.133</b>	<b>964.748.703</b>
<b>2.1. Supremo Tribunal Federal</b>	-	<b>3</b>	<b>185.723</b>	<b>40.846</b>	<b>226.569</b>	<b>375.461</b>	<b>77.392</b>	<b>452.853</b>
2.1.1. Cargos e funções vagos	-	3	185.723	40.846	226.569	375.461	77.392	452.853
<b>2.2. Superior Tribunal de Justiça</b>	-	<b>83</b>	<b>5.084.998</b>	<b>1.249.028</b>	<b>6.334.026</b>	<b>8.936.294</b>	<b>2.141.191</b>	<b>11.077.485</b>
2.2.1. Cargos e funções vagos	-	83	5.084.998	1.249.028	6.334.026	8.936.294	2.141.191	11.077.485
<b>2.3. Justiça Federal</b>	<b>625</b>	<b>850</b>	<b>85.000.000</b>	<b>12.750.000</b>	<b>97.750.000</b>	<b>155.550.188</b>	<b>21.927.859</b>	<b>177.478.047</b>
2.3.1. Cargos e funções vagos	-	850	85.000.000	12.750.000	97.750.000	155.550.188	21.927.859	177.478.047
2.3.2. PL nº 625/2011(2)	625	-	-	-	-	-	-	-
<b>2.4. Justiça Militar da União</b>	<b>740</b>	<b>522</b>	<b>21.283.888</b>	<b>4.873.963</b>	<b>26.157.851</b>	<b>26.179.754</b>	<b>5.848.757</b>	<b>32.028.511</b>
2.4.1. Cargos e funções vagos	-	22	2.162.518	472.953	2.635.471	2.659.766	567.545	3.227.311
2.4.2. PL nº 1184/2015	740	500	19.121.370	4.401.010	23.522.380	23.519.988	5.281.212	28.801.200
<b>2.5. Justiça Eleitoral</b>	<b>10</b>	<b>505</b>	<b>62.995.439</b>	<b>10.662.782</b>	<b>73.658.221</b>	<b>62.995.439</b>	<b>10.662.782</b>	<b>73.658.221</b>
2.5.1. Cargos e funções vagos	-	495	61.270.092	10.662.782	71.932.874	61.270.092	10.662.782	71.932.874
2.5.2. PL nº 1761/2015	10	10	1.725.347	-	1.725.347	1.725.347	-	1.725.347
<b>2.6. Justiça do Trabalho</b>	<b>376</b>	<b>2.624</b>	<b>501.559.390</b>	<b>67.692.590</b>	<b>569.251.980</b>	<b>513.774.629</b>	<b>67.692.590</b>	<b>581.467.219</b>
2.6.1. Cargos e funções vagos	-	2.300	450.256.198	59.334.206	509.590.404	461.211.786	59.334.206	520.545.992
2.6.2. PLC nº 100/2015 - TST	324	324	51.303.192	8.358.384	59.661.576	52.562.843	8.358.384	60.921.227
2.6.3. PLC nº 112, de 2017 - TRT 22ª Região (2)	52	-	-	-	-	-	-	-
<b>2.7. Justiça do Distrito Federal e dos Territórios</b>	<b>484</b>	<b>871</b>	<b>66.036.580</b>	<b>9.151.656</b>	<b>75.188.236</b>	<b>72.611.589</b>	<b>9.983.625</b>	<b>82.595.214</b>
2.7.1. Cargos e funções vagos	-	387	53.025.047	9.151.656	62.176.703	59.269.764	9.983.625	69.253.389
2.7.2. Anteprojeto de Lei - Criação de funções comissionadas	484	484	13.011.533	-	13.011.533	13.341.825	-	13.341.825

<b>2.8. Conselho Nacional de Justiça</b>	<b>98</b>	<b>53</b>	<b>3.404.122</b>	<b>462.205</b>	<b>3.866.327</b>	<b>5.346.216</b>	<b>644.937</b>	<b>5.991.153</b>
2.8.1. Cargos e funções vagos	-	8	862.565	206.380	1.068.945	884.211	206.380	1.090.591
2.8.2. Anteprojeto de Lei - Criação de cargos efetivos e comissionados	98	45	2.541.557	255.825	2.797.382	4.462.005	438.557	4.900.562
<b>3. Ministério Público da União e Conselho Nacional do Ministério Público</b>	<b>48</b>	<b>192</b>	<b>34.243.910</b>	<b>2.901.460</b>	<b>37.145.370</b>	<b>54.049.685</b>	<b>3.972.579</b>	<b>58.022.264</b>
<b>3.1. Ministério Público Federal</b>	-	<b>52</b>	<b>10.893.127</b>	<b>933.288</b>	<b>11.826.415</b>	<b>14.213.804</b>	<b>1.119.945</b>	<b>15.333.749</b>
3.1.1. Cargos e funções vagos	-	52	10.893.127	933.288	11.826.415	14.213.804	1.119.945	15.333.749
<b>3.2. Ministério Público do Militar</b>	-	<b>12</b>	<b>5.140.888</b>	<b>236.911</b>	<b>5.377.799</b>	<b>6.237.105</b>	<b>258.449</b>	<b>6.495.554</b>
3.2.1. Cargos e funções vagos	-	12	5.140.888	236.911	5.377.799	6.237.105	258.449	6.495.554
<b>3.3. Ministério Público do Distrito Federal e Territórios</b>	-	<b>25</b>	<b>6.284.252</b>	<b>305.113</b>	<b>6.589.365</b>	<b>12.334.482</b>	<b>538.435</b>	<b>12.872.917</b>
3.3.1. Cargos e funções vagos	-	25	6.284.252	305.113	6.589.365	12.334.482	538.435	12.872.917
<b>3.4. Ministério Público do Trabalho</b>	<b>6</b>	<b>46</b>	<b>8.414.895</b>	<b>638.943</b>	<b>9.053.838</b>	<b>16.419.056</b>	<b>990.720</b>	<b>17.409.776</b>
3.4.1. Cargos e funções vagos	-	40	6.899.331	574.331	7.473.662	13.132.954	861.496	13.994.450
3.4.2 PL nº 998, de 2020	6	6	1.515.564	64.612	1.580.176	3.286.102	129.224	3.415.326
<b>3.5. Escola Superior do Ministério Público da União</b>	-	<b>5</b>	<b>413.520</b>	<b>89.739</b>	<b>503.259</b>	<b>508.877</b>	<b>107.687</b>	<b>616.564</b>
3.5.1. Cargos e funções vagos	-	5	413.520	89.739	503.259	508.877	107.687	616.564
<b>3.6. Conselho Nacional do Ministério Público</b>	<b>42</b>	<b>52</b>	<b>3.097.228</b>	<b>697.466</b>	<b>3.794.694</b>	<b>4.336.361</b>	<b>957.343</b>	<b>5.293.704</b>
3.6.1. Cargos e funções vagos	-	10	778.243	150.485	928.728	1.367.176	257.975	1.625.151
3.6.2. PL nº 2073/2022 (3)	42	42	2.318.985	546.981	2.865.966	2.969.185	699.368	3.668.553
<b>4. Defensoria Pública da União</b>	<b>31</b>	<b>57</b>	<b>7.392.661</b>	<b>335.357</b>	<b>7.728.018</b>	<b>14.402.680</b>	<b>670.714</b>	<b>15.073.394</b>
4.1 Cargos e funções vagos	-	26	5.750.472	335.357	6.085.829	11.774.784	670.714	12.445.498
4.2. PL nº 2.923, de 2022 - Criação de cargos comissionados	31	31	1.642.189	-	1.642.189	2.627.896	-	2.627.896
<b>5. Poder Executivo</b>	<b>3.518</b>	<b>46.657</b>	<b>2.552.492.166</b>	<b>596.763.618</b>	<b>3.149.255.784</b>	<b>3.721.775.227</b>	<b>820.842.169</b>	<b>4.542.617.396</b>
<b>5.1. Criação e provimentos de cargos e funções, exclusive substituição de terceirizados - Civis</b>	<b>3.518</b>	<b>33.833</b>	<b>2.324.770.629</b>	<b>583.219.941</b>	<b>2.907.990.570</b>	<b>3.314.513.281</b>	<b>797.624.436</b>	<b>4.112.137.717</b>
5.1.1. Cargos e funções vagos	-	21.276	1.509.429.490	370.599.652	1.880.029.142	2.213.634.813	510.784.633	2.724.419.446
5.1.2. Banco de Professor-Equivalente e Quadro de Referência dos Cargos de Técnico-Administrativos em Educação (4)	-	10.773	725.890.674	208.437.195	934.327.869	992.185.001	277.916.261	1.270.101.262
5.1.3. Anteprojeto de Lei - Cria os Cargos Comissionados de Militares - CCM e as Gratificações de Militares Fora da Força - GMFF	1.129	1.129	54.943.729	-	54.943.729	54.943.729	-	54.943.729
5.1.4. Anteprojeto de Lei - ANPD	48	48	3.714.820	-	3.714.820	3.714.820	-	3.714.820
5.1.5. Lei nº 1 2.601/2012. - Cargos MRE	-	95	689.543	193.072	882.615	3.369.637	943.498	4.313.135
5.1.6. Lei nº 3.634, 20 de março de 2018/UF/Catalão/GO	-	-	(VETADO)	(VETADO)	(VETADO)	(VETADO)	(VETADO)	(VETADO)
5.1.7. Lei nº13.651,11 de abril de 2018/UF/Delta do Parnaíba/PI	-	-	(VETADO)	(VETADO)	(VETADO)	(VETADO)	(VETADO)	(VETADO)
5.1.8. Lei nº13.637, 20de março de 2018/UF/Rondonópolis/MT	-	-	(VETADO)	(VETADO)	(VETADO)	(VETADO)	(VETADO)	(VETADO)
5.1.9. Lei nº13.635, 20 de março de 2018/UF/Jataí/GO	-	-	(VETADO)	(VETADO)	(VETADO)	(VETADO)	(VETADO)	(VETADO)
5.1.10. Lei nº13.651,11 de abril 2018/UF/Agreste de Pernambuco/PE	-	-	(VETADO)	(VETADO)	(VETADO)	(VETADO)	(VETADO)	(VETADO)

5.1.11. Lei nº13.856, 8 de julho 2019/UF/Norte do Tocantins/TO	-	-	(VETADO)	(VETADO)	(VETADO)	(VETADO)	(VETADO)	(VETADO)
5.1.12. MPV 1133/2022 - Agência Nacional de Mineração	-	-	(VETADO)	-	(VETADO)	(VETADO)	-	(VETADO)
<b>5.2. Fixação de efetivos - Militares</b>	-	<b>10.920</b>	<b>113.933.975</b>	-	<b>113.933.975</b>	<b>227.867.950</b>	-	<b>227.867.950</b>
5.2.1. Fixação de Efetivos - Aeronáutica, Exército e Marinha	-	10.920	113.933.975	-	113.933.975	227.867.950	-	227.867.950
<b>5.3. Fundo Constitucional do Distrito Federal - FCDF</b>	-	<b>1.904</b>	<b>113.787.562</b>	<b>13.543.677</b>	<b>127.331.239</b>	<b>179.393.996</b>	<b>23.217.733</b>	<b>202.611.729</b>
5.3.1. Fixação de Efetivos - CBMDF	-	356	22.141.574	-	22.141.574	22.703.629	-	22.703.629
5.3.2. Fixação de Efetivos - PMDF	-	648	26.188.904	-	26.188.904	41.688.012	-	41.688.012
5.3.3. Fixação de Efetivos - PCDF	-	900	65.457.084	13.543.677	79.000.761	115.002.355	23.217.733	138.220.088
<b>TOTAL DO ITEM I</b>	<b>5.930</b>	<b>52.937</b>	<b>3.471.844.360</b>	<b>716.536.064</b>	<b>4.188.380.424</b>	<b>4.822.967.585</b>	<b>957.879.285</b>	<b>5.780.846.870</b>

## II. CONCESSÃO DE VANTAGEM, ALTERAÇÃO DE ESTRUTURA DE CARREIRAS E AUMENTO DE REMUNERAÇÃO:

<b>1. Poder Legislativo</b>			<b>672.467.330</b>	<b>58.150.304</b>	<b>730.617.634</b>	<b>721.835.344</b>	<b>61.623.583</b>	<b>783.458.927</b>
<b>1.1. Câmara dos Deputados</b>			<b>343.400.000</b>	<b>18.000.000</b>	<b>361.400.000</b>	<b>370.400.000</b>	<b>19.500.000</b>	<b>389.900.000</b>
1.1.1. Reajuste de remuneração dos servidores da Câmara dos Deputados – parcela relativa a 2023 - PL 3029/2022			260.200.000	15.500.000	275.700.000	280.300.000	16.800.000	297.100.000
1.1.2. Fixação de novo subsídio para membros do Congresso Nacional – parcelas relativas a 2023 - PDL 471/2022			83.200.000	2.500.000	85.700.000	90.100.000	2.700.000	92.800.000
<b>1.2. Senado Federal</b>			<b>184.143.562</b>	<b>10.565.263</b>	<b>194.708.825</b>	<b>199.324.193</b>	<b>11.445.702</b>	<b>210.769.895</b>
1.2.1. Fixação de novo subsídio para membros do Congresso Nacional – parcelas relativas a 2023 - PDL 471/2022			13.341.870	506.146	13.848.016	14.453.692	548.325	15.002.017
1.2.2. Reajuste de remuneração dos servidores do Senado Federal – parcela relativa a 2023 - PL 2930/2022			170.801.692	10.059.117	180.860.809	184.870.501	10.897.377	195.767.878
<b>1.3. Tribunal de Contas da União</b>			<b>144.923.768</b>	<b>29.585.041</b>	<b>174.508.809</b>	<b>152.111.151</b>	<b>30.677.881</b>	<b>182.789.032</b>
1.3.1. Projeto de Lei que trata do reajuste destinado a servidores do quadro de pessoal do TCU - PL 2955/2022 - e impactos decorrentes do reajuste do subsídio de ministro do STF			144.923.768	29.585.041	174.508.809	152.111.151	30.677.881	182.789.032
<b>2. Poder Judiciário</b>			<b>1.959.033.261</b>	<b>290.455.841</b>	<b>2.249.489.102</b>	<b>3.073.238.686</b>	<b>459.854.945</b>	<b>3.533.093.631</b>
<b>2.1. Supremo Tribunal Federal</b>			<b>24.044.230</b>	<b>3.419.415</b>	<b>27.463.645</b>	<b>38.244.860</b>	<b>5.363.882</b>	<b>43.608.742</b>
2.1.1. Limite destinado ao atendimento dos PLs 2438/2022 e 2441/2022 relativos a reestruturação e/ou aumento de remuneração de cargos, funções e carreiras no âmbito do Poder Judiciário			24.044.230	3.419.415	27.463.645	38.244.860	5.363.882	43.608.742
<b>2.2. Supremo Tribunal de Justiça</b>			<b>109.713.869</b>	<b>17.079.099</b>	<b>126.792.968</b>	<b>121.814.553</b>	<b>18.980.719</b>	<b>140.795.272</b>
2.2.1. Limite destinado ao atendimento dos PLs 2438/2022 e 2441/2022 relativos a reestruturação e/ou aumento de remuneração de cargos, funções e carreiras no âmbito do Poder Judiciário			109.713.869	17.079.099	126.792.968	121.814.553	18.980.719	140.795.272
<b>2.3. Justiça Federal</b>			<b>508.979.990</b>	<b>85.911.998</b>	<b>594.891.988</b>	<b>851.742.649</b>	<b>143.150.912</b>	<b>994.893.561</b>
2.3.1. Limite destinado ao atendimento dos PLs 2438/2022 e 2441/2022 relativos a reestruturação e/ou aumento de remuneração de cargos, funções e carreiras no âmbito do Poder Judiciário			508.979.990	85.911.998	594.891.988	851.742.649	143.150.912	994.893.561
<b>2.4. Justiça Militar da União</b>			<b>25.910.000</b>	<b>2.010.000</b>	<b>27.920.000</b>	<b>25.910.000</b>	<b>2.010.000</b>	<b>27.920.000</b>

2.4.1. Limite destinado ao atendimento dos PLs 2438/2022 e 2441/2022 relativos a reestruturação e/ou aumento de remuneração de cargos, funções e carreiras no âmbito do Poder Judiciário	25.910.000	2.010.000	27.920.000	25.910.000	2.010.000	27.920.000
<b>2.5. Justiça Eleitoral</b>	<b>288.716.399</b>	<b>43.081.016</b>	<b>331.797.415</b>	<b>456.049.841</b>	<b>69.308.643</b>	<b>525.358.484</b>
2.5.1. Limite destinado ao atendimento dos PLs 2438/2022 e 2441/2022 relativos a reestruturação e/ou aumento de remuneração de cargos, funções e carreiras no âmbito do Poder Judiciário	288.716.399	43.081.016	331.797.415	456.049.841	69.308.643	525.358.484
<b>2.6. Justiça do Trabalho</b>	<b>871.869.436</b>	<b>118.052.283</b>	<b>989.921.719</b>	<b>1.376.585.977</b>	<b>187.931.282</b>	<b>1.564.517.259</b>
2.6.1. Limite destinado ao atendimento dos PLs 2438/2022 e 2441/2022 relativos a reestruturação e/ou aumento de remuneração de cargos, funções e carreiras no âmbito do Poder Judiciário	871.869.436	118.052.283	989.921.719	1.376.585.977	187.931.282	1.564.517.259
<b>2.7. Justiça do Distrito Federal e dos Territórios</b>	<b>125.058.632</b>	<b>20.442.589</b>	<b>145.501.221</b>	<b>198.150.101</b>	<b>32.650.066</b>	<b>230.800.167</b>
2.7.1. PL 2441/2002 - Altera Lei nº 11.416, de 15 de dezembro de 2016,	110.507.530	17.951.194	128.458.724	175.219.160	28.681.984	203.901.144
2.7.2. PL 2438/2022 - Dispõe sobre o subsídio de Ministro do Supremo Tribunal Federal	14.551.102	2.491.395	17.042.497	22.930.941	3.968.082	26.899.023
<b>2.8. Conselho Nacional de Justiça</b>	<b>4.740.705</b>	<b>459.441</b>	<b>5.200.146</b>	<b>4.740.705</b>	<b>459.441</b>	<b>5.200.146</b>
2.8.1. Limite destinado ao atendimento dos PLs 2438/2022 e 2441/2022 relativos a reestruturação e/ou aumento de remuneração de cargos, funções e carreiras no âmbito do Poder Judiciário	4.740.705	459.441	5.200.146	4.740.705	459.441	5.200.146
<b>3. Ministério Público da União e Conselho Nacional do Ministério Público</b>	<b>304.729.544</b>	<b>45.009.714</b>	<b>349.739.258</b>	<b>475.071.020</b>	<b>71.665.015</b>	<b>546.736.035</b>
<b>3.1. Ministério Público Federal</b>	<b>174.236.941</b>	<b>23.908.765</b>	<b>198.145.706</b>	<b>271.467.482</b>	<b>38.079.756</b>	<b>309.547.238</b>
3.1.1. Limite destinado ao atendimento dos PLs 2439/2022 e 2442/2022 relativos a reestruturação e/ou aumento de remuneração de cargos, funções e carreiras no âmbito do MPU	174.236.941	23.908.765	198.145.706	271.467.482	38.079.756	309.547.238
<b>3.2. Ministério Público Militar</b>	<b>10.021.102</b>	<b>1.432.179</b>	<b>11.453.281</b>	<b>15.630.312</b>	<b>2.281.047</b>	<b>17.911.359</b>
3.2.1. Limite destinado ao atendimento dos PLs 2439/2022 e 2442/2022 relativos a reestruturação e/ou aumento de remuneração de cargos, funções e carreiras no âmbito do MPU	10.021.102	1.432.179	11.453.281	15.630.312	2.281.047	17.911.359
<b>3.3. Ministério Público do Distrito Federal de Territórios</b>	<b>42.020.665</b>	<b>8.380.577</b>	<b>50.401.242</b>	<b>65.200.296</b>	<b>13.347.838</b>	<b>78.548.134</b>
3.3.1. Limite destinado ao atendimento dos PLs 2439/2022 e 2442/2022 relativos a reestruturação e/ou aumento de remuneração de cargos, funções e carreiras no âmbito do MPU	42.020.665	8.380.577	50.401.242	65.200.296	13.347.838	78.548.134
<b>3.4. Ministério Público do Trabalho</b>	<b>75.180.691</b>	<b>10.776.085</b>	<b>85.956.776</b>	<b>117.649.207</b>	<b>17.140.735</b>	<b>134.789.942</b>
3.4.1. Limite destinado ao atendimento dos PLs 2439/2022 e 2442/2022 relativos a reestruturação e/ou aumento de remuneração de cargos, funções e carreiras no âmbito do MPU	75.180.691	10.776.085	85.956.776	117.649.207	17.140.735	134.789.942
<b>3.5. Escola Superior do Ministério Público da União</b>	<b>657.810</b>	<b>45.068</b>	<b>702.878</b>	<b>1.033.158</b>	<b>71.780</b>	<b>1.104.938</b>
3.5.1. Limite destinado ao atendimento dos PLs 2439/2022 e 2442/2022 relativos a reestruturação e/ou aumento de remuneração de cargos, funções e carreiras no âmbito do MPU	657.810	45.068	702.878	1.033.158	71.780	1.104.938
<b>3.6. Conselho Nacional do Ministério Público da União</b>	<b>2.612.335</b>	<b>467.040</b>	<b>3.079.375</b>	<b>4.090.565</b>	<b>743.859</b>	<b>4.834.424</b>
3.6.1. Reajuste em 13,5% do vencimento básico e seus reflexos aos servidores ativos e sobre proventos de aposentadorias e pensões; e Equiparação de FC/CC ao Poder Executivo - CNMP	2.612.335	467.040	3.079.375	4.090.565	743.859	4.834.424
<b>4. Defensoria Pública da União</b>	<b>75.618.268</b>	<b>9.262.836</b>	<b>84.881.104</b>	<b>88.847.233</b>	<b>11.185.163</b>	<b>100.032.396</b>



<b>4.1. PL nº 2.440, de 2022 - fixa o subsídio do Defensor Público-Geral Federal e estabelece, para os membros da DPU, o percentual de escalonamento de que trata o inciso V do art. 93 da Constituição</b>	<b>59.408.426</b>	<b>8.471.335</b>	<b>67.879.761</b>	<b>68.913.149</b>	<b>9.918.571</b>	<b>78.831.720</b>
4.1.1. Reajuste do subsídio dos Defensores Públicos Federais	58.667.771	8.358.802	67.026.573	68.172.494	9.806.038	77.978.532
4.1.2. Subsídio do Defensor Público-Geral Federal, Subdefensor Público-Geral Federal e Corregedor-Geral	740.655	112.533	853.188	740.655	112.533	853.188
<b>4.2. PL nº 2.923, de 2022 - dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreiras e Cargos de Provimento Efetivo dos Servidores da Defensoria Pública da União; fixa o valor de suas remunerações; e dá outras providências</b>	<b>6.204.584</b>	<b>791.501</b>	<b>6.996.085</b>	<b>9.928.826</b>	<b>1.266.592</b>	<b>11.195.418</b>
4.2.1. Reajuste Servidores da DPU (Parcela 1 de 3)	4.038.271	791.501	4.829.772	6.462.204	1.266.592	7.728.796
4.2.2. Reajuste cargos e funções comissionados	2.166.313	-	2.166.313	3.466.622	-	3.466.622
<b>4.3. PL nº 7.836, de 2014 - Institui a gratificação por exercício cumulativo de ofícios e de função administrativa dos membros da Defensoria Pública da União e dá outras providências (prevista também no PL nº 2.923, de 2022)</b>	<b>10.005.258</b>	<b>-</b>	<b>10.005.258</b>	<b>10.005.258</b>	<b>-</b>	<b>10.005.258</b>
<b>5. Poder Executivo</b>	<b>10.707.717.695</b>	<b>828.545.922</b>	<b>11.536.263.617</b>	<b>15.253.452.670</b>	<b>1.174.268.321</b>	<b>16.427.720.991</b>
5.1. Limite destinado ao atendimento do PDL 471, de 2022, e de PLs relativos a concessão de vantagens, reestruturação e/ou aumento linear de remuneração de cargos, funções e carreiras civis no âmbito do Poder Executivo e das forças de Segurança Pública do Distrito Federal. (5)	10.648.515.282	828.545.922	11.477.061.204	15.194.250.257	1.174.268.321	16.368.518.578
5.2. Limite destinado ao atendimento da MPV 1133/2022 relativa ao aumento da remuneração dos cargos das carreiras da Agência Nacional de Mineração	(VETADO)	-	(VETADO)	(VETADO)	-	(VETADO)
<b>TOTAL DO ITEM II</b>	<b>13.719.566.098</b>	<b>1.231.424.617</b>	<b>14.950.990.715</b>	<b>19.612.444.953</b>	<b>1.778.597.027</b>	<b>21.391.041.980</b>
<b>TOTAL ANEXO V</b>	<b>17.191.410.458</b>	<b>1.947.960.681</b>	<b>19.139.371.139</b>	<b>24.435.412.538</b>	<b>2.736.476.312</b>	<b>27.171.888.850</b>

(1) Para fins de reposição, considera-se exclusivamente o preenchimento de cargos efetivos e cargos/funções comissionadas ocupadas em março de 2022, cujas despesas compunham a base de projeção para definição dos limites de "Pessoal e Encargos Sociais" para 2023 e que venham a vagar *a posteriori*, não gerando, impacto orçamentário. Neste contexto, excluem-se as vagas originadas de aposentadorias e falecimentos que acarretem pagamento de pensões, por se tratarem de mera reclassificação orçamentária, ou seja, não geram economia em termos de impactos orçamentários.

(2) Refere-se a Projeto de Lei de ratificação da criação de cargos e funções comissionadas efetivada por ato administrativo, cujas despesas já vêm compondo a folha de pagamento do Órgão ao longo dos últimos anos, não implicando em acréscimos de despesas.

(3) Projeto de Lei nº 2073/2022, que dispõe sobre a transformação de cargos efetivos do quadro do CNMP, sem aumento de despesas, sendo 5 (cinco) cargos vagos de Analista e 7 (sete) cargos vagos de Técnico do quadro do CNMP em 10 (dez) cargos em Comissão; bem como sobre a criação de 32 (trinta e dois) cargos em Comissão por economia de despesa.

(4) Limite físico e financeiro destinado a provimentos de cargos efetivos que compõem o Banco de Professor-Equivalente e o Quadro de Referência dos Cargos de Técnico-Administrativos em Educação, nos termos dos Decretos nºs 7.232, de 19 de julho de 2010; 7.311 e 7.312, ambos de 22 de setembro de 2010; 7.485, de 18 de maio de 2011 e 8.260, de 29 de maio de 2014.

(5) Impacto orçamentário inclui eventual aumento decorrente do Acórdão 1224/2017 TCU-Plenário e Ação Cível Originária nº 3455.

(6) Detalhamento das programações orçamentárias em nível de Esfera/Órgão/Unidade/Funcional Programática/Ação/Subtítulo:

<b>Esfera/Órgão/Unidade/Funcional Programática/Ação/Localizador de Gasto (6)</b>	<b>VALOR</b>
<b>Reserva de Contingência Fiscal - Primária / Recursos para o Atendimento do art. 169, § 1º, inciso II, da Constituição</b>	<b>17.191.410.458</b>
10.01101.99.999.0999.0Z01.6499 - Câmara dos Deputados	369.276.252
10.02101.99.999.0999.0Z01.6499 - Senado Federal	256.595.952
10.03101.99.999.0999.0Z01.6499 - Tribunal de Contas da União	178.760.609
10.10101.99.999.0999.0Z01.6499 - Supremo Tribunal Federal	24.229.953
10.11101.99.999.0999.0Z01.6499 - Superior Tribunal de Justiça	114.798.867

10.12101.99.999.0999.0Z01.6499 - Justiça Federal de Primeiro Grau	593.979.990
10.13101.99.999.0999.0Z01.6499 - Justiça Militar da União	47.193.888
10.14101.99.999.0999.0Z01.6499 - Justiça Eleitoral	351.711.838
10.15126.99.999.0999.0Z01.6499 - Conselho Superior da Justiça do Trabalho	1.373.428.826
10.16101.99.999.0999.0Z01.6499 - Justiça do DF e Territórios	191.095.212
10.17101.99.999.0999.0Z01.6499 - Conselho Nacional de Justiça	8.144.827
10.34101.99.999.0999.0Z01.6499 - Ministério Público Federal	185.130.068
10.34102.99.999.0999.0Z01.6499 - Ministério Público Militar	15.161.990
10.34103.99.999.0999.0Z01.6499 - Ministério Público do DF e Territórios	48.304.917
10.34104.99.999.0999.0Z01.6499 - Ministério Público do Trabalho	83.595.586
10.34105.99.999.0999.0Z01.6499 - Escola Superior do MPU	1.071.330
10.59101.99.999.0999.0Z01.6499 - Conselho Nacional do Ministério Público	5.709.563
10.29101.99.999.0999.0Z01.6499 - Defensoria Pública da União	83.010.929
10.26101.99.999.0999.0Z01.6499 - Ministério da Educação	725.890.674
10.52111.05.122.0032.2867.6499 - Comando da Aeronáutica	79.837.251
10.52121.05.122.0032.2867.6499 - Comando do Exército	8.430.279
10.52131.05.122.0032.2867.6499 - Comando da Marinha	25.666.445
10.71101.99.999.0999.0Z01.6499 - Recursos sob Supervisão do Ministério da Economia	12.039.597.650
10.73901.28.845.0903.00NR.0053 - Fundo Constitucional do Distrito Federal	380.787.562
<b>Reserva de Contingência - Financeira / CPSS Decorrente do Atendimento do art. 169, § 1º, inciso II, da Constituição</b>	<b>1.947.960.681</b>
10.01101.99.999.0999.0Z00.6499 - Câmara dos Deputados	19.805.824
10.02101.99.999.0999.0Z00.6499 - Senado Federal	15.509.781
10.03101.99.999.0999.0Z00.6499 - Tribunal de Contas da União	32.487.258
10.10101.99.999.0999.0Z00.6499 - Supremo Tribunal Federal	3.460.261
10.11101.99.999.0999.0Z00.6499 - Superior Tribunal de Justiça	18.328.127
10.12101.99.999.0999.0Z00.6499 - Justiça Federal de Primeiro Grau	98.661.998
10.13101.99.999.0999.0Z00.6499 - Justiça Militar da União	6.883.963
10.14101.99.999.0999.0Z00.6499 - Justiça Eleitoral	53.743.798
10.15126.99.999.0999.0Z00.6499 - Conselho Superior da Justiça do Trabalho	185.744.873
10.16101.99.999.0999.0Z00.6499 - Justiça do DF e Territórios	29.594.245
10.17101.99.999.0999.0Z00.6499 - Conselho Nacional de Justiça	921.646
10.34101.99.999.0999.0Z00.6499 - Ministério Público Federal	24.842.053
10.34102.99.999.0999.0Z00.6499 - Ministério Público Militar	1.669.090
10.34103.99.999.0999.0Z00.6499 - Ministério Público do DF e Territórios	8.685.690
10.34104.99.999.0999.0Z00.6499 - Ministério Público do Trabalho	11.415.028
10.34105.99.999.0999.0Z00.6499 - Escola Superior do MPU	134.807
10.59101.99.999.0999.0Z00.6499 - Conselho Nacional do Ministério Público	1.164.506
10.29101.99.999.0999.0Z00.6499 - Defensoria Pública da União	9.598.193

10.26101.99.999.0999.0Z00.6499 - Ministério da Educação	208.437.195
10.71101.99.999.0999.0Z00.6499 - Recursos sob Supervisão do Ministério da Economia	1.178.128.668
10.73901.28.846.0903.09HB.0053 - Fundo Constitucional do Distrito Federal	38.743.677
<b>Total Geral</b>	<b>19.139.371.139</b>
<b>Despesas Primárias</b>	<b>17.191.410.458</b>
<b>Despesas Financeiras</b>	<b>1.947.960.681</b>

**ANEXO VI**  
**SUBTÍTULOS RELATIVOS A OBRAS E SERVIÇOS COM INDÍCIOS**  
**DE IRREGULARIDADES GRAVES - IGP – 2023**

---

UF	Programa de Trabalho	Subtítulo	Objeto	Descrição do Objeto
----	----------------------	-----------	--------	---------------------

---

---

**39250 Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT**

---

**RJ**

26.846.2126.0007.0030 / 2015 RECOMPOSIÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO - FINANCEIRO DO CONTRATO DE CONCESSÃO DA BR-040 - RIO DE JANEIRO/RJ - JUIZ DE FORA/MG NA REGIÃO SUDESTE  
26.846.2126.0007.0030 / 2014 RECOMPOSIÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO - FINANCEIRO DO CONTRATO DE CONCESSÃO DA BR- 040 - RIO DE JANEIRO/RJ - JUIZ DE FORA/MG NA REGIÃO SUDESTE  
26.782.2087.15PB.0030 / 2017 PARTICIPAÇÃO DA UNIÃO NA CONSTRUÇÃO DA NOVA SUBIDA DA SERRA DE PETRÓPOLIS DA BR 040/RJ – CON CER - NA REGIÃO SUDESTE  
26.782.2087.15PB.0030 / 2019 PARTICIPAÇÃO DA UNIÃO NA CONSTRUÇÃO DA NOVA SUBIDA DA SERRA DE PETRÓPOLIS DA BR040/RJ - CON CER - NA REGIÃO SUDESTE

**Obra / Serviço:** Obras de construção da BR-040/RJ

---

Termo Aditivo 12/2014 ao Contrato de Obras de implantação de novo trecho da BR-040-RJ para a subida da Serra de Concessão PG-138/95-00 Petrópolis.

**Valor RS:** 291.244.036,80      **Data Base:** 01/04/1995

- Sobrepreço no orçamento da obra.  
Sobrepreço no Fluxo de Caixa Marginal decorrente de superestimativa de alíquota de IRPJ e CSSL, e da base de cálculo do IRPJ e CSSL.  
Projeto básico e executivo desatualizados e deficientes

---

---

**39250 Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT**

---

**RS**

26.846.2126.00P5.0043/2016 - Recomposição do Equilíbrio Econômico - Financeiro do Contrato de Concessão da BR-290/RS - Osório - Porto Alegre - Entroncamento BR-116/RS (entrada p/ Guaíba) - No Estado do Rio Grande do Sul

**Obra / Serviço:** Obras de ampliação da capacidade da BR-290/RS

---

Termo Aditivo 13 ao Contrato PG-016/97- Obras de ampliação de capacidade da BR-290/RS 00, que inseriu conjunto de obras na BR-290/RS - Concessionária da Rodovia Osório Porto Alegre/Concepa

**Valor RS:** 241.686.367,00      **Data Base:** 01/12/2015

- Superfaturamento no cálculo da remuneração das obras.  
Superfaturamento decorrente de preços excessivos frente ao mercado e de quantitativos inadequados.  
Superfaturamento no serviço de instalação de telas de passagem;  
Superfaturamento no transporte de material para bota-fora

---